

Entrevista

JEAN LAUAND

Jean Lauand

UM DOS MAIS CONCEITUADOS INTELECTUAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA VIVOS

Entrevista conduzida por

João Relvão Caetano¹



Jean Lauand é um dos mais conceituados intelectuais de língua portuguesa vivos, com uma vastíssima cultura humanista que impressiona diariamente os seus interlocutores, ao mesmo tempo que é um homem próximo e afável e um iniciador de grandes diálogos. É Professor Catedrático Sénior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Fundou e é o atual presidente do CEMOrOc – Centro de Estudos Medievais Oriente e Ocidente da mesma universidade. É investigador do Institut Virtual Internacional de Traducció da Universidade de Alicante e membro da Euro-Mediterranean Academy of Humanities, Social Sciences and Education, sediada na Università degli Studi Suor Orsola Benincasa (Nápoles). É editor, entre outros, do *Journal of Iberian and Latin American Literary and Cultural Studies – Studia Iberica et Americana*, da Indiana University-Purdue University. É o autor da coluna «Filosofia e Linguagem» da *Revista Língua Portuguesa*, desde o seu primeiro número. A sua obra está publicada em cerca de 30 países e traduzida em 15 línguas.

==

¹ Cátedra CIPSH de Estudos Globais, Universidade Aberta. Pró-Reitor da Universidade Aberta para os Assuntos Jurídicos e Institucionais. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2833-5107>.

P & R

Como tem estabelecido na sua investigação a relação entre linguagem e antropologia filosófica?

Desde muito jovem, interessei-me pela obra do filósofo alemão Josef Pieper, que foi determinante em minha formação, em diversos aspectos: tanto temática quanto metodologicamente. Pieper destacou-se pelo trabalho de interpretação de grandes pensadores antigos e medievais, sobretudo Tomás de Aquino, e por trazê-los, por assim dizer, ao diálogo nas grandes questões filosóficas contemporâneas. Tematicamente, muito devo a esse filósofo, investigando também nessas linhas. No começo da carreira, fiz a tese de doutorado sobre sua obra – seu conceito de universidade – e tive o privilégio de corresponder-me com Pieper, que teve a paciência e a bondade de «orientar» um jovem investigador de um país sem muita tradição em filosofia. Essa amizade e contato epistolar só se interromperia com sua morte, em 1997.

Mas, para além da influência temática, doutrinária, houve o aprendizado metodológico; e é precisamente na metodologia que, a meu ver, está uma das mais importantes contribuições do filósofo de Münster para o pensamento contemporâneo. E é aí que se situam minhas pesquisas sobre a linguagem.

E é que, nesse método, a linguagem aparece como um sítio privilegiado de acesso à realidade humana, à antropologia.

Nos demais saberes, nas ciências, temos acesso direto ao objeto de estudo: se eu quero estudar a composição química do sal eu apanho o sal, vou a um laboratório, faço-o reagir com tais e tais substâncias, etc. Se eu quero estudar o planeta Marte, eu vou a um observatório astronômico, valho-me de um telescópio ou envio uma sonda, etc. Mas onde estão os laboratórios, os observatórios, as sondas para analisar a realidade humana: o que é a gratidão? o que é a inveja? Não as posso apanhar com a mão como o sal...

Aí, o método necessariamente é distinto. E parece-me que aí temos que recorrer à sabedoria do velho Heráclito que, em uma de suas sentenças, diz: «O caminho que sobe e o que desce são um mesmo e único caminho».

Aparentemente, uma verdade de La Palisse. Como naquela vez em que um ciclista, gabando-se de seu bairro, excelente para andar de bicicleta porque não tinha subidas, teve que ouvir a pergunta: «E descidas, tem?». Claro que se não há subidas, também não há descidas...

Mas, por vezes, há algo mais, há surpresas por trás das obviedades. Quem não toma um pequeno susto quando vem a saber que o primeiro critério de desempate para equipes que tiverem o mesmo número de pontos no Campeonato Brasileiro de Futebol é favorecer a

que tiver maior número de derrotas? Quando comento isto com os alunos, eles objetam que o critério favorece o time que tiver maior número de vitórias! E, tomados de surpresa, não chegam a perceber que, necessariamente, a equipe que tem mais derrotas e a que tem mais vitórias são a mesma e única (porque tem menos empates)!

Na verdade, a sentença de Heráclito esconde em si profundas surpresas. Aliás, é do próprio Heráclito a afirmação de que a natureza gosta de se esconder; e podemos acrescentar: a realidade humana gosta de se esconder. Daí que precisemos de um método (palavra que etimologicamente remete a «caminho»), para *subir* até esse tesouro que desceu e está escondido.

Precisamente, uma das grandes contribuições do próprio Pieper para o método da antropologia filosófica foi a de evidenciar que nosso acesso ao ser do homem, escondido, é fundamentalmente indireto.

Pois os grandes *insights* que temos sobre o mundo e o homem não permanecem em nossa consciência reflexiva; logo se desvanecem, se transformam, acabam por se esconder em três grandes sítios: instituições, formas de agir e linguagem. Esses grandes *insights* estão, portanto, ativos, embora ocultos: em grandes instituições, como por exemplo o tribunal ou a universidade, que tanto nos podem revelar sobre o espírito humano; em formas de agir, como é o caso do ato poético, tema recorrente

nos próprios poetas; e na linguagem – a linguagem comum: essa que falamos e ouvimos todos os dias.

Há uma hierarquia de importância nesses grandes sítios? Pode-se dizer que a linguagem seria o principal acesso para a antropologia?

Há uma prioridade da linguagem, apontada pelo filósofo Johannes Lohmann, que fala em «sistema língua-pensamento». Há uma concepção ingênua que imagina que o pensamento é auto-suficiente: pensa-se algo e competiria à linguagem simplesmente expressar o que foi pensado e isto – sempre nessa visão ingênua – poderia ser feito de modo equivalente em qualquer língua. O que Lohmann faz notar é que a língua é que possibilita o pensamento e está em interação com ele.

Podemos pensar, por exemplo, no caso de um falante «nascido» – para evocar a sentença de Pessoa: a língua portuguesa como pátria – em uma língua como o chinês, que desconhece o verbo ser (ou o árabe, que não o tem como verbo de ligação) e os desdobramentos de tempos, modos, vozes etc. – e com nossas 67 formas desse verbo (tão central na constituição cultural dos sujeitos em línguas como a nossa), tão irregulares e diferentes como: sou, és, fui, foste, seremos, etc. Para não falar do desdobramento ser / estar. Certamente, a percepção, a elaboração da visão do mundo é afetada por esse fato: nascer na língua portuguesa, chinesa, grega, árabe etc. A partir desse simples fato, é possível estabelecer conexões

de sentido com formas culturais nos Orientes e no Ocidente. Se o sistema língua-pensamento grego, que Lohmann chama de sistema *logos*, está centrado na onipresença do verbo ser, o sistema árabe desconhece o verbo ser como verbo de ligação. E não parece casual que, nesse quadro, por exemplo, a geometria seja uma «ciência grega» e a álgebra uma «ciência árabe».

A correspondência «logos» entre o pensamento e a realidade. Pensemos, por exemplo, nas normas de segurança dos edifícios. Há uma norma ideal, racional, *logos*, de pensamento (naturalmente em interação com a realidade), que estabelece, digamos, que deva haver mangueiras e um extintor de incêndio a cada x metros; tantas saídas de emergência em função do número de assentos em salas de espetáculos; portas corta-fogo, etc. Periodicamente, o departamento competente dos bombeiros vem fazer uma vistoria para verificar se essa realidade «está de acordo» (*ana-logos*) com as normas, para poder, literalmente, homo-logar o prédio. Pensamento e realidade estariam assim em correspondência bijetora. Nesse sentido, por exemplo, o número por excelência é o 1; que encontramos a cada momento na realidade, como quando dizemos «eu», «tu» ou «ele» – e em diversas línguas é praticamente sinônimo de ente: *The next one, please*, diz o barbeiro ou o operário na linha de montagem ao chamar o próximo cliente ou peça. Do mesmo modo o 2 ou o 3; a metade ou o dois terços, etc., números que não por

acaso chamamos de «racionais», seguindo a nomenclatura de Euclides...

Naturalmente, criar uma ciência como a Álgebra seria muito difícil para o grego, que não trabalhava com «números» sem correspondente «na realidade», como o zero ou os números negativos (e quando os gregos descobrem que a raiz quadrada de 2 não é um número *logos*, racional, o pensamento grego entra em crise). Já o sistema língua-pensamento árabe, não submetido às amarras do verbo ser, sempre trabalhou com a maior naturalidade com zero, números negativos e «irracionais», como pi ou a raiz quadrada de 2.

Outro caso interessante é o da realidade cultural dos provérbios. Provérbios existem em todas as línguas e culturas, mas, como se diz na gíria brasileira, «são a cara» (ou «a praia» se quisermos outra gíria carioca) dos Orientes: não por acaso, quando queremos dar autoridade a um provérbio dizemos que é árabe ou chinês. Se repararmos bem, é nos provérbios que nos aproximamos do modo de expressão do sistema árabe, muitas vezes prescindindo do verbo ser e fazendo associações imediatas em vez de explicitar complicados enlances lógicos: «Tal pai, tal filho», «Casa de ferreiro, espeto de pau», «Cada macaco no seu galho», «Longe dos olhos, longe do coração», «cada louco com sua mania», etc. Se quisermos transpor, caricaturizando, para a formulação ocidental, teríamos que explicitar o ser/estar: «Tal [como é] o pai, tal [também será] o filho»,

«[Em] casa de ferreiro o espeto [costuma ser] de pau, «[É conveniente para a ordem da selva que] cada macaco [esteja] em seu galho», «[Quem estiver] longe dos olhos...», «Cada louco [sempre está]...».

Um último exemplo: a expressão de Cristo é típica do sistema semita: Cristo só fala em parábolas e não dá sequer uma única formulação conceitual. Se um Aristóteles fosse perguntado sobre «o próximo», ele responderia: «A diz-se próximo de *B*, se, e somente se, ocorrerem as seguintes condições...». Quando, porém, indagaram a Cristo pelo próximo, Ele respondeu

com a parábola do bom samaritano: «Um homem descia de Jerusalém a Jericó...».

Ainda do ponto de vista metodológico, como se dá concretamente a relação entre linguagem e antropologia?

Dizia que precisamos de um método para ascender à realidade humana, que desceu e se escondeu na linguagem. Pieper recorda aquela consideração de Píndaro: o homem é um ser que esquece. Os grandes *insights* que temos sobre o mundo e o homem não permanecem na consciência reflexiva, logo se desvanecem, se transformam, acabam por se esconder... na linguagem. Logo, se quisermos recuperar filosoficamente aqueles *insights* sobre o homem, devemos procurar atingi-los em seu novo estado: como princípios ativos ocultos nas formas de dizer, em nossa língua ou em outras. E a linguagem passa a ser todo

um laboratório para o pesquisador em antropologia: é por trás de fatos da linguagem que se escondem preciosas informações filosóficas – e também sociológicas, históricas, etc.

Se quisermos ficar no âmbito da etimologia – tão explorado por um Heidegger, por exemplo – um caso impressionante é o da nossa encantadora forma de felicitações: «Parabéns!» Por detrás de uma fórmula aparentemente tão banal e inofensiva (e que milhões de falantes da língua portuguesa a proferem sem parar para tomar consciência do que é que estão falando) esconde-se profundíssima reflexão teológica, de Agostinho a Tomás de Aquino. E é que, desde seu início, o cristianismo luta contra a heresia maniqueia, que afirma a existência de dois princípios criadores: o do bem, Deus, que seria responsável pelo espírito; e o do mal, identificado com a matéria. Rejeitando esse dualismo, a ortodoxia cristã dirá que há um único Deus, «criador do Céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis» (como diz o Credo de Niceia), e que o mal não é a matéria, mas a distorção do bem, previsto na ordem criadora de Deus. O vinho, o sexo, a matéria em geral, tudo foi criado por Deus; o pecado é a desordem, a perversão, o mal uso de coisas que, em si, são boas. Assim, ao conquistar um bem – um cargo político, um diploma universitário, a licença para dirigir automóveis, a medalha de ouro no campeonato de tiro ao alvo etc. – o amigo que nos felicita, dirá «Para-béns»: que esta tua habilidade para o tiro, a tua eleição para senador, etc., seja «para

bens» e não – o que pode perfeitamente ocorrer – «para males», para tua ruína moral...

Falávamos no início de alcançar a realidade antropológica da gratidão. É um caso clássico no qual distintas etimologias – nas distintas línguas – trazem aspectos variados dessa complexa realidade. Naturalmente, também aqui marca sua presença aquele caráter esquecediço do homem: os milhões de falantes do português, quando agradecem dizendo «obrigado, muito obrigado», nem reparam no que estão a dizer: que a gratidão *obriga* a retribuir; do mesmo modo o falante do inglês quando diz *thanks* não se dá conta de que «*to thank*» se reduz etimologicamente a «*to think*»: quem está agradecido *pensa*, considera o caráter gratuito (*gracias!*) no favor que o benfeitor lhe prestou. Com este exemplo tocamos – por meio de diversas línguas – os três graus da gratidão de que fala Tomás de Aquino, quando trata filosoficamente dessa virtude. Permita-me citar textualmente: «A gratidão comporta diversos graus. O primeiro encontra seu fundamento no “reconhecimento” (*ut recognoscat*) do benefício recebido. O segundo consiste em louvar e dar graças (*ut gratias agat*); e por último, o terceiro radica na obrigação (*ob-ligatus*) de “retribuir” o bem recebido de acordo com a possibilidade do beneficiado e segundo as circunstâncias mais oportunas de tempo e lugar» (II-II, 107, 2, c).

E, enquanto o inglês e o alemão situam-se no nível mais superficial da gratidão, o nosso «obrigado» é o mais profundo.

Que outras instâncias, para além da etimologia, podem dar indicadores antropológicos?

Tudo na linguagem em geral. Mas gostaria de me deter um pouco em dois recursos do grego e do latim que perdemos: a voz média (os verbos depoentes latinos) e o neutro. Se nossa percepção do mundo está condicionada pela língua, essas são duas importantes perdas.

A voz média.

Estamos tão acostumados a pensar que o verbo só admite voz ativa e voz passiva que nem podemos imaginar uma terceira forma. Ativa e passiva – assim pensamos à primeira vista – esgotam todas as possibilidades (o que poderia haver além de «Eu bebi a água» e «A água foi bebida por mim»?).

E como o pensamento está em dependência de interação dialética com a linguagem, o fato de nossa língua não admitir essa terceira opção – a voz média, que não é ativa nem passiva – constitui um grave estreitamento em nossas possibilidades de percepção da realidade, precisamente porque a língua nos impõe o binômio ativa/passiva.

A voz média é um rico recurso que permite expressar (e perceber e pensar) situações de realidade que não se enquadram bem como puramente ativas nem como puramente



passivas. Isto é, há ações que são protagonizadas por mim, mas que, na realidade, não o são em grau predominante: há tal influência do exterior e de outros fatores que não posso propriamente dizer que são plenamente minhas. O eu – como na clássica sentença de Ortega – estende-se à circunstância: *Yo soy yo y mi circunstancia*.

O latim se vale de verbos chamados de poentes precisamente para essas ações minhas que não são totalmente minhas; eu as protagonizo, mas não sou senhor delas, estou condicionado fortemente por fatores que transcendem o eu e sua vontade de ação. É o caso, por exemplo, do verbo *nascor*, nascer (nacer-nascido). O verbo nascer, a rigor, não é ativo nem passivo: eu nasço ou sou nascido? Sim, certamente sou eu que nasço, mas estou

longe de exercer de modo totalmente ativo e independente esta ação («Com licença, eu vou nascer...»); e por isto o inglês usa «nascer» na passiva: *I was born in 1952*. O mesmo acontece, por exemplo, com o morrer: a ação é minha, mas não o é...

Procuramos suprir a lacuna da voz média, tornando «reflexivos» verbos como esquecer e outros: «Eu me esqueci», «eu me admirei», etc. E a língua espanhola vale-se desse recurso muito mais frequentemente, como por exemplo em *yo me muero* ou até em verbos que expressam necessidades fisiológicas...

Com a perda da voz média, o português perdeu não apenas um recurso de linguagem, mas sobretudo um poderoso recurso de pensamento, de captação / expressão de imensas regiões da

realidade. De fato, é uma violência para com a realidade que empreguemos, por exemplo, o verbo «surtar» como ativo: «O Gilberto é psicótico, ele surta a toda hora». Como se o pobre Gilberto tivesse algum controle sobre as situações que *o fazem* surtar... Como se «surtar» (ou «admirar» outras ações médias) pudesse ser ativamente «agendado»: «Na próxima 3.^a feira, às 15:30h, eu vou surtar; às 19:00h, vou me admirar; às 20:30h, me apaixonarei, etc.».

É surpreendente que três dos maiores sambistas brasileiros atinam com essa realidade da voz média. Algumas canções de Paulinho da Viola – o «Príncipe do samba» – trabalham com a voz média (e isto foi estudado no brilhante doutorado do Professor Luiz Costa, editor da *Revista Língua Portuguesa*). O samba «Timoneiro» – do qual procede o verso: «Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar...» – é um maravilhoso exemplo dessas ações de verbos depoentes. Não sou plenamente dono do navegar; quem **me** navega é o mar. E o mar não tem cabelos que a gente possa agarrar...

Não sou eu quem me navega
Quem me navega é o mar
É ele quem me carrega
Como nem fosse levar
E quanto mais remo mais rezo
Pra nunca mais se acabar
Essa viagem que faz
O mar em torno do mar
Meu velho um dia falou
Com seu jeito de avisar

«Olha, o mar não tem cabelos
Que a gente possa agarrar»

Outra sugestiva canção para esse nosso tema é a mais famosa de Zeca Pagodinho, «Deixa a vida me levar», composta por Serginho Meriti e Eri do Cais: «Deixa a vida me levar (vida, leva eu) / Sou feliz e agradeço por tudo que Deus me deu / Só posso levantar as mãos pro céu / Agradecer e ser fiel ao destino que Deus me deu».

E Martinho da Vila, em «Filosofia de vida»: «Meu destino eu moldei / Qualquer um pode moldar / Deixo o mundo me rumar / Para onde eu quero ir».

Nessas canções o tema é a própria vida, que em todos os casos não consiste em mera passividade: eu intervenho ativamente sobre meu navegar – «remo», diz Paulinho; «o destino» requer uma ativa fidelidade (Zeca Pagodinho) e é moldado por mim (Martinho).

A rigor, a simples consideração da voz média, exigiria uma revisão geral de nossos padrões mentais: é mais um ponto no qual poderíamos nos abrir a aprender com os Orientes.

O neutro.

Outro importante fato gramatical desaparecido para nós, mas que é uma das chaves de linguagem para compreender o brasileiro, é o neutro. Neutro, entendido não como um terceiro gênero, mas como uma tendência à indeterminação. Indeterminação que evita fechar

compromisso e, por outro lado, pode preservar de choques no convívio social. Embora desprovido gramaticalmente do neutro; o brasileiro reinventa-o, com uma criatividade de causar inveja a um Platão ou a um Tomás de Aquino, que possuíam o neutro como fato natural em suas línguas.

Gramaticalmente (ou não), o neutro ocorre quando nos remetemos a um plano mais amplo, no qual as diferenças, determinações e precisões não interessam, não entram em jogo. O exemplo é de Julián Marías: sete pessoas em um elevador, a porta está fechando para subir e chega correndo um oitavo passageiro, que ouve a delicada recusa: «Desculpe, não há mais lugar: já somos sete». Este «sete» é o neutro: para efeitos de lotação não interessa se esse oitavo passageiro é homem ou mulher, democrata ou republicano; branco ou negro; humano ou *alien*...

Se nosso provérbio que exige rigorosa determinação é «pão, pão; queijo, queijo», o brasileiro (sobretudo o de Minas Gerais) inventou o pão de queijo, um verdadeiro campeão de preferência nacional: é pão e é queijo; não é pão nem queijo; é ambos e nenhum, ou sei lá, que importa? *Utrum* é precisamente a forma latina que exige a definição de um de dois; daí que *ne-utrum* seja: nenhum dos dois, *neutrum*!

Uma indeterminação que rege diversos setores da existência, como por exemplo: o tempo. Para indicar que uma ação é maximamente

imediate, o brasileiro diz o vago: «na hora» (pastéis fritos na hora; consertam-se sapatos na hora, etc.); já em Portugal, se não me engano, a faixa de indeterminação é bem mais estreita, é «ao minuto»; o que nos EUA é «*at the moment*»! O caso extremo é o da Bahia, onde a (inútil) insistência do estrangeiro em marcar hora, em perguntar por prazos, chega a ser quase ofensiva e é fulminada pelos indetermindadíssimos: «depois do almoço», «um minutinho», etc.

Gilberto Freyre chega a afirmar um modo nosso, ibérico, de lidar com o tempo: profundamente pessoal em detrimento do tempo «objetivo» do relógio.

As instituições. O neutro, a neutralidade do neutro, faz parte de nossa cultura, está arraigadíssima no Brasil: o que, em outros países dá-se como afirmação (ou negação) veemente, aqui perde os contornos nítidos, adquire forma genérica! Se não reparamos nesse fato é porque ele nos é tão evidente que chega a ser conatural e atinge até nossas instituições. Pensemos, por exemplo, nessa – incrível, para os estrangeiros! – instituição nossa: o ponto facultativo. Como dizia o saudoso humorista Stanislaw Ponte Preta, «é impossível explicar para um inglês o que é um ponto facultativo»:

– É feriado?

– Não, Mr. Brown, é ponto facultativo!!

– Então, se não é feriado, haverá trabalho normal?

– Não, Mr. Brown, claro que não haverá trabalho: é ponto facultativo!! Não é feriado, mas não deixa de ser... É neutro!

Um exemplo particularmente interessante de indeterminação dá-se com o nosso «dever», que o inglês diferencia em cerca de meia-dúzia de distinções. Assim, no outro dia, dirigindo-me a um colega, vizinho de prédio, a quem frequentemente dou carona, perguntei: «E aí, você vai para a universidade amanhã?». Sua resposta foi: «Devo ir». O leitor (e mesmo o interlocutor) não tem a menor possibilidade de saber o que significa esse «*devo*», entre nós, muito indeterminado. Como traduzi-lo para o inglês (*should, have to, supposed to, must, ought...*)? Pois, esse «devo» pode ser interpretado desde a mais absoluta e imperativa decisão de ir («eu devo ir, senão a universidade desmorona») até a mais descomprometida e frágil intenção («eu não falei que iria, eu falei “devo ir”, mas aí apareceu um desenho animado interessante na TV e eu não fui»).

O neutro, banido da gramática de nossa língua, é resgatado (ou, ao menos, seu espírito, que remete à totalidade e à indeterminação) genialmente pela gíria brasileira.

Quando Sérgio Buarque de Holanda cunhou a expressão «homem cordial» para caracterizar o brasileiro, não se referia somente ao lado positivo, mas é a mesma «cordialidade» que está por trás de formas tupiniquins de corrupção, conchavos, etc. E mesmo de maledicência.

Em vez de sair agressivamente insultando Fulano, emprega-se a – muito mais perigosa – «inocente» forma neutra: «Fulano, qual é a dele, hein?». «Qual é a dele?», puro neutro, indeterminado que engloba todos os campos: qual é a atitude, a postura, a seriedade profissional, a preferência sexual, ambição, etc. Se houver no grupo algum sentimento latente contra Fulano, alguém – ainda no neutro – dirá «É, não sei não...» (que claramente significa: «sabemos que há algo»). E outro ajuntará: «Numa boa, eu gosto muito dele, adoro ele, mas a gente também não é cego...». O neutro «numa boa» (numa – o quê? – boa) é uma es-

pécie de licença para matar (eu falo porque só quero o bem dele), ainda mais seguido de «adoro ele», etc.

Entre outras diferenças, o português do Brasil recebeu influência das línguas indígenas e africanas...

Sim, sem dúvida, muitas. Para além do léxico, gostaria de registrar aqui apenas um par de breves exemplos.

Provavelmente por influência africana (que coincide com a forma quimbundo *kukala ni*) criamos uma suave e deliciosa alternativa para «ter». Na vida comunitária africana, é muito menos acentuada a demarcação de posse. Como também, pelo amor, numa família, recai-se na sentença da parábola de Cristo: «Tudo que é meu, é teu». Certamente, na prática, há desavenças e mágoas entre os

irmãos porque um pegou o que era do outro, etc. Mas se tudo corre bem, numa família não são necessários tantos cadeados e chaves. E há pelo menos uma ampla gama de objetos que são indiscutivelmente de todos: a tesoura, o grampeador, a pasta de dentes... Para esses objetos, não teria sentido dizer «ter», mas *ku-kala ni* – «estar com»: «Você está com a tesoura?» «Quem está com o grampeador?».

Nossa linguagem estendeu essa fraternidade, substituindo em muitos outros casos o verbo «ter» pela locução «estar com» (que, penso, não ocorre, nessa mesma extensão, nem em Portugal nem na Espanha): «Você está com tempo?; está com febre?; está com pressa?; está com dinheiro?; está com carro?...» (o espanhol diria: *tienes tiempo, fiebre...*). Nosso «estar com» é uma forma muito mais simpática, muito mais solta, pois aplica-se mais propriamente a «posses» casuais, as posses provisórias de algo que no fundo é tão meu quanto teu, ou melhor, é de todos nós. Ao menos, no âmbito da linguagem...

Um caso do tupi, particularmente profundo e penetrador na realidade, é o do sufixo *-guera* (que, a cada momento, encontramos em nossos topônimos).

Ao ajuntar, a um vocábulo *x*, a terminação *-guera* (*-quera* ou *-puera*, de acordo com a eufonia), obtemos uma curiosa alteração semântica: *x-guera* é o que foi *x*, não é mais (ao menos, em sentido próprio e rigoroso),

mas preserva algo daquele *x* que um dia foi. Assim, *anhangá* é diabo, espírito com poderes; já *anhanguera* é alguém que sem ser (mais) diabo, preserva algo do poder que um dia teve em plenitude. Mais do que a «diabo velho» (como pretendem os livros didáticos) é a esse remanescente poder diabólico que se refere a lendária proeza do célebre bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, que recebeu a alcunha de Anhanguera, porque pôs fogo na «água» (na verdade, era aguardente) para intimidar os índios. *Ibirapuera*, o famoso parque de São Paulo, é o que resta daquilo que um dia foi mata (*Ibirá*); *Itaquera*, o bairro que sediou a abertura da Copa do Mundo, indica resíduos de pedreira (*ita* é pedra); etc.

A composição com *-guera*, tão frequente no tupi, está continuamente a nos recordar que há uma conexão entre o presente e o passado, entre o futuro e o presente; que há leis naturais regendo o desenvolvimento das coisas e que as ações têm consequências: projetam-se, deixam um rastro, um «*guera*».

Cutucaguera (cicatriz), por exemplo, faz lembrar, imediatamente, que aquele sinal no corpo é o que ficou como resíduo de uma espetada (*cutucar*, no tupi e no português do Brasil, é ferir com ponta); *capuera*, roça abandonada; *tapera* (*taba-puera*), os escombros que lembram que aquilo um dia foi *taba* (aldeia). Para ficar só com palavras que passaram para nossa língua.

Haveria inúmeros outros casos, muito sugestivos, de como a língua tupi esgrime esse sufixo. Limitemo-nos a alguns de grande alcance antropológico. A ética clássica ocidental apoia-se na constatação de que o ato humano não se esgota no momento em que a ação foi praticada; deixa marcas, projeta-se. Como diz Gabriel Perissé: «O passado é aquilo que não passou. É aquilo que ficou em forma de experiência, de conhecimento, de conselho, de consciência e de capacidade de análise».

O passado permanece no presente e é, como escreveu José Eduardo Agualusa, «como o mar: nunca sossega». O *bullying* que a criança sofre hoje pode deixar uma marca para o resto da vida; um trauma qualquer pode custar anos de terapia.

A propósito, lembro aquela oração que se reza na missa, logo após o Pai-Nosso: «Livrai-nos, Senhor, de todos os males...», e que, durante muitos séculos, e até 1970,

prosseguia de modo muito sugestivo: «... de todos os males *passados*, presentes e futuros...». A reforma litúrgica do Vaticano II houve por bem suprimir esse trecho («passados, presentes e futuros»), alegando que o povo não entenderia a formulação «livrar dos males passados», desprovida de sentido. E foi uma pena porque ela indica um profundo fato ontológico e psicológico. É certo que nem Deus pode mudar o passado, nem extinguir os males passados... mas Deus pode, sim, em Sua misericórdia, fazer com que aqueles males passados não continuem se projetando no presente e no futuro, como observa o filósofo Julián Marías a respeito dessa ideia latente na oração suprimida.

O sufixo *-guera* – como todos os recursos vivos da língua – não é apenas uma possibilidade de *expressar* o pensamento; ele amplia a própria possibilidade de pensar e a sensibilidade perceptiva da realidade; no caso, a continuidade projetiva do passado.